

O FIO INDIVISÍVEL DA EDUCAÇÃO

ROGÉRIO GONÇALVES revela como a união entre Educação em Direitos Humanos, Educomunicação e Gestão Democrática contribui para a melhoria do ensino público no município de São Paulo.

MUITO ALÉM DAS PÁGINAS



MULHERES
BIOGRAFIAS
QUE INSPIRAM



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/2675-2573.rpe.64>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):

Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adelfson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adelfson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:

T.I Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuefrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 64 (abr. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026. 222 p. : il. color

Bibliografia

Publicação contínua desde 2020.

Bimestral

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI: <https://doi.org/10.52078/2673-2573.rpe.64>

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo
www.livroalternativo.com.br

CNPJ: 28.657.494/0001-09

05 EDITORIAL

Antonio R P Medrado

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac Chateaneuf

07 Sobre filas, silêncios e aprendizados invisíveis

Mirella Clerici

08 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

14 POIESIS

J. Wilton

16 O FIO INDIVISÍVEL DA EDUCAÇÃO - Rogério Gonçalves

J. Wilton e Cleia Teixeira



ARTIGOS

1. A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	25
<i>Adriana Silva de Santana Barros</i>	
2. CONHECIMENTO DOS MORADORES DO ZANGO III SOBRE O USO DE MEDICAMENTOS PARA O TRATAMENTO DA OXIÚROS NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2025	31
<i>Aldair de Jesus Adão / Calunda dos Santos Jorge</i>	
3. DESAFIOS, AVANÇOS E CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO VERDADEIRAMENTE INCLUSIVA	36
<i>Ana Cristina Ogando Gomez de Carvalho</i>	
4. O ENSINO DE HISTÓRIA E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA PÚBLICA	42
<i>Ana Elisa Bagó de Oliveira</i>	
5. ENTRE O BRINCAR E O APRENDER: AS METODOLOGIAS ATIVAS COMO POSSIBILIDADE PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	52
<i>Carina Fardim Soares</i>	
6. PLURALIDADE DA INTELIGÊNCIA E INCLUSÃO ESCOLAR: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E IMPLICAÇÕES JURÍDICO-EDUCACIONAIS	61
<i>Claudiene Alves da Silva</i>	
7. O PAPEL DO PROFESSOR MEDIADOR NA FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO	68
<i>Denise Teixeira Santos Menezes</i>	
8. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: IDENTIDADES E SUBJETIVIDADES NA INFÂNCIA	75
<i>Diego Agostinho Dynczki</i>	
9. TECNOLOGIA, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL	85
<i>Edna Farias Cordeiro</i>	
10. A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA PARA A SOCIEDADE	90
<i>Emanuel Ramos Barra</i>	
11. A HUMANIZAÇÃO NOS SERVIÇOS DE PSICOLOGIA: ESTUDO DE CASO NO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DE LUANDA	95
<i>Esmael Joaquim Machado</i>	
12. DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM E DA IMAGINAÇÃO ATRAVÉS DA NARRATIVA ORAL	100
<i>Flávia de Fatima Seraphim Ribeiro</i>	
13. GESTÃO DA CARREIRA NO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DE LUANDA E NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO TOCOÍSTA	106
<i>Guilherme Mateus Moma</i>	
14. GESTÃO DE RESÍDUOS HOSPITALARES EM ANGOLA: CASO DE ESTUDO "HOSPITAL PEDIÁTRICO DAVID BERNARDINO"	114
<i>João Francisco Marcelino</i>	
15. A POSSIBILIDADE DAS ARTES, DOS BRINQUEDOS E DAS BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	120
<i>Joice Botelho Silva</i>	
16. IMPLICAÇÕES DO SISTEMA POLÍTICO NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL NO MUNICÍPIO DE BOLONGONGO (CUANZA NORTE, ANGOLA, 2002-2026)	126
<i>José Manuel dos Santos</i>	
17. LINGUAGENS DAS INFÂNCIAS: ESCUTA, INVESTIGAÇÃO E DESCOBERTAS	133
<i>Lilian Silvana Minho Zanetta</i>	
18. A MUSICALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO, LINGUAGEM E INCLUSÃO	140
<i>Luciana Cardoso de Souza</i>	
19. A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E O MATERIAL DIDÁTICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO ESPACIAL CRÍTICO	144
<i>Luciane de Jesus Mineiro de Lima</i>	
20. O BRINCAR COMO EIXO DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL	153
<i>Lusilene da Rocha Alves</i>	
21. A CONFISSÃO COMO EFEITO DA REVELIA FACE A NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANGOLANO	158
<i>Manuel Dungula Samaia Chivinga</i>	
22. BAIXA ADEÇÃO AO APOIO PSICOLÓGICO NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE OLINDA RODRIGUES	167
<i>Manuel Paulo Chamorro</i>	
23. A CULTURA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MEDIAÇÃO, EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO LEITORA	175
<i>Marcilene Belisse Pazos</i>	
24. A IMPORTÂNCIA DAS ROTINAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA E DOS HÁBITOS DE APRENDIZAGEM	178
<i>Maria de Lourdes Ferreira da Silva</i>	
25. EFEITOS DA PRIVAÇÃO DO SONO NOTURNO SOBRE O RENDIMENTO ACADÊMICO DE UNIVERSITÁRIOS	183
<i>Mario Adelino Miranda Guedes</i>	
26. BRINQUEDOS, CORPOS E EXPECTATIVAS: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	188
<i>Mirella Clerici</i>	
27. SAÚDE MENTAL DE JOVENS NA CONTEMPORANEIDADE: DESAFIOS PSICOSSOCIAIS E IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO	199
<i>Moizes Antonio dos Santos</i>	
28. A INTEGRAÇÃO ENTRE AS TECNOLOGIAS E O LETRAMENTO	212
<i>Orlaneide Ferreira Santos Diamante</i>	
29. FAMÍLIA E ESCOLA COMO CONTEXTOS COMPLEMENTARES NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	217
<i>Renato Souza de Oliveira Carvalho</i>	

**ESTA REVISTA É MANTIDA E FINANCIADA POR PROFESSORAS E PROFESSORES.
SUA DISTRIBUIÇÃO É, E SEMPRE SERÁ, LIVRE E GRATUITA.**

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial idealizado pela **Edições Livro Alternativo** com o objetivo de **empoderar e inspirar educadores** na jornada de compartilhar suas pesquisas, estudos, experiências e relatos de vivências.

UM CORPO EDITORIAL DE EXCELÊNCIA:

Nossa equipe conta com especialistas, mestres e doutores(as), todos com vasta experiência na rede pública de ensino, além de profissionais experientes nas áreas do livro e da tecnologia da informação. Essa expertise garante a qualidade e o rigor científico das publicações da revista.

INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA:

Um dos nossos diferenciais é a total independência, viabilizada pelo **financiamento colaborativo de professores e professoras**. Essa autonomia nos permite defender a liberdade de expressão e a diversidade de ideias, priorizando a qualidade dos conteúdos e o impacto positivo na educação.

PROPÓSITOS QUE IMPULSIONAM A TRANSFORMAÇÃO:

- **Promover o debate** crítico e reflexivo sobre os diversos aspectos da educação, com base nas vivências, pesquisas, estudos e experiências dos profissionais da área;
- **Proporcionar a publicação** de livros, artigos e ensaios que contribuam para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento profissional dos educadores;
- **Apoiar a publicação** de obras de autores independentes, democratizando o acesso à informação e promovendo a diversidade de vozes;
- **Incentivar o uso de softwares livres** na produção de materiais didáticos e na difusão do conhecimento, promovendo a inclusão digital e a redução de custos;
- **Fomentar a produção de livros** por professores e autores independentes, reconhecendo e valorizando a experiência e o saber dos profissionais da educação;

PRINCÍPIOS QUE GUIAM A NOSSA ATUAÇÃO:

- **Priorizar trabalhos voltados para a educação**, cultura e produções independentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- **Utilizar exclusivamente softwares livres** na produção de livros, revistas e materiais de divulgação, promovendo a transparência, a colaboração e a acessibilidade;
- **Incentivar a produção de obras coletivas** por profissionais da educação, fomentando a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos;
- **Publicar e divulgar livros de professores** e autores independentes, valorizando a diversidade de vozes e perspectivas na educação;
- **Respeitar a liberdade e autonomia** dos autores, garantindo a originalidade e a autenticidade das obras publicadas;
- **Combater o despotismo, o preconceito e a superstição**, defendendo os valores da democracia, da tolerância e do respeito à diversidade;
- **Promover a diversidade e a inclusão**, valorizando as diferentes culturas, identidades e experiências presentes na comunidade educacional.

A REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um movimento pela transformação da educação, um espaço para a colaboração, o aprendizado e a inovação.

Junte-se a nós e faça parte da construção de um futuro mais promissor para a educação!

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS



Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform & workflow by OJS / PKP



SAÚDE MENTAL DE JOVENS NA CONTEMPORANEIDADE: DESAFIOS PSICOSSOCIAIS E IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO

Moizes Antonio dos Santos¹

RESUMO

A saúde mental dos jovens tem se configurado como uma das principais preocupações contemporâneas no campo da educação e da saúde pública, especialmente diante do aumento significativo de casos de ansiedade, depressão e sofrimento psíquico nessa população. O presente artigo tem como objetivo analisar os fatores que impactam a saúde mental de jovens, articulando dimensões sociais, culturais, educacionais e tecnológicas, bem como discutir as implicações desses fenômenos para o contexto escolar. Parte-se do pressuposto de que o sofrimento psíquico não pode ser compreendido de forma isolada, mas como resultado de processos históricos e sociais que atravessam a juventude contemporânea. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores da psicologia, da educação e da sociologia, com destaque para as contribuições de Freud, Winnicott, Bauman e Han. A análise evidencia que fatores como pressão por desempenho, uso intensivo de tecnologias digitais, fragilidade das relações sociais e insegurança em relação ao futuro têm contribuído para o agravamento dos quadros de sofrimento psíquico entre jovens. Defende-se que a escola, enquanto espaço de socialização e desenvolvimento, possui papel fundamental na promoção da saúde mental, devendo construir práticas pedagógicas que considerem a dimensão emocional dos estudantes. Conclui-se que o enfrentamento da crise de saúde mental entre jovens exige uma abordagem integrada, que articule políticas públicas, práticas educativas e ações interdisciplinares, visando à construção de ambientes mais acolhedores e promotores de bem-estar.

Palavras-chave: Adolescência. Bem-estar. Escola. Juventude. Sofrimento psíquico.

INTRODUÇÃO

A saúde mental de jovens tem emergido como uma das questões mais urgentes no cenário contemporâneo, sendo objeto de crescente preocupação por parte de pesquisadores, educadores e gestores públicos. O aumento significativo de casos de ansiedade, depressão, automutilação e ideação suicida entre adolescentes e jovens adultos evidencia um quadro que ultrapassa a dimensão individual, configurando-se como fenômeno social complexo e multifacetado. Tal cenário exige uma análise que

considere não apenas aspectos psicológicos, mas também os contextos sociais, culturais e institucionais que influenciam o desenvolvimento dos sujeitos.

Dados recentes da Organização Mundial da Saúde indicam que transtornos mentais representam uma das principais causas de adoecimento entre jovens em todo o mundo, sendo responsáveis por impactos significativos na qualidade de vida, no desempenho escolar e nas relações sociais. No Brasil, esse quadro se agrava em função de desigualdades sociais, violência urbana e precarização das condições de vida, fatores

¹ Graduado em Educação Física pela Universidade de Santo Amaro, UNISA. Pós-graduação em Treinamento Desportivo pela FMU. Educação Nutricional e Jogos Digitais na Educação pela Faculdade Conectada, FACONNET. Professor de Educação Física na Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, SEE. Professor de Ensino Fundamental II e Médio especialista em Educação Física na Prefeitura do Município de São Paulo, SME, PMSP.

que intensificam o sofrimento psíquico e dificultam o acesso a serviços de saúde mental.

A juventude contemporânea encontra-se inserida em um contexto marcado por transformações aceleradas, instabilidade social e exigências crescentes de desempenho. A lógica da produtividade, amplificada por discursos meritocráticos, impõe aos jovens uma constante pressão por resultados, tanto no âmbito escolar quanto na construção de projetos de vida. Nesse cenário, o fracasso tende a ser internalizado como incapacidade individual, desconsiderando os condicionantes sociais que limitam as oportunidades e ampliam as desigualdades.

Além disso, o avanço das tecnologias digitais e das redes sociais tem reconfigurado as formas de interação e construção da identidade. Embora essas ferramentas ampliem possibilidades de comunicação, também introduzem novos desafios, como a exposição constante, a comparação social e a busca por validação externa. Conforme analisa Byung-Chul Han, a sociedade contemporânea é marcada por uma lógica de desempenho que transforma o sujeito em empreendedor de si mesmo, gerando níveis elevados de autocobrança e esgotamento psíquico.

No campo da psicanálise, autores como Sigmund Freud e Donald Winnicott oferecem importantes contribuições para a compreensão do sofrimento psíquico, ao enfatizar a importância das relações interpessoais e do ambiente no desenvolvimento emocional. Winnicott (1975), em particular, destaca a necessidade de ambientes suficientemente bons para o amadurecimento psíquico, conceito que pode ser ampliado para o contexto escolar, entendido como espaço potencial de acolhimento e desenvolvimento.

A escola, enquanto instituição central na vida dos jovens, desempenha papel fundamental na promoção da saúde mental, mas também pode atuar como espaço de reprodução de pressões e desigualdades. Práticas pedagógicas centradas exclusivamente no desempenho acadêmico, ausência de escuta qualificada e falta de preparo para lidar com questões emocionais podem contribuir para o agravamento do sofrimento psíquico. Por outro lado, quando orientada por princípios de acolhimento, diálogo e valorização da diversidade, a escola pode se

constituir como espaço de proteção e promoção do bem-estar.

Diante desse contexto, torna-se imprescindível analisar os fatores que impactam a saúde mental dos jovens e discutir as implicações desses fenômenos para o campo educacional. O presente artigo tem como objetivo compreender as múltiplas dimensões do sofrimento psíquico na juventude contemporânea, articulando contribuições teóricas da psicologia, da psicanálise e da sociologia, bem como refletir sobre o papel da escola na construção de práticas que promovam a saúde mental.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, cujo objetivo é analisar a saúde mental de jovens na contemporaneidade a partir de contribuições teóricas oriundas da Psicologia, da Psicanálise, da Sociologia e da Educação. A escolha pela pesquisa bibliográfica justifica-se pela necessidade de compreender o fenômeno do sofrimento psíquico juvenil em sua complexidade histórica, social, cultural e institucional, evitando interpretações reducionistas centradas exclusivamente no indivíduo.

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio da consulta a livros, artigos científicos, documentos institucionais e produções acadêmicas relacionadas aos temas juventude, saúde mental, escola, sofrimento psíquico, cultura digital, desigualdade social e práticas pedagógicas. Foram priorizadas obras clássicas e contemporâneas de autores que contribuem para a compreensão crítica do sujeito na sociedade atual, tais como Freud, Winnicott, Bauman, Han, Freire, Bock, Patto, Bourdieu, Foucault, Dimenstein, Morin, Nóvoa, Bronfenbrenner, Amarante e Noddings.

Como critérios de inclusão, foram selecionadas obras que apresentassem relação direta com o objeto de estudo, especialmente aquelas voltadas à análise da saúde mental, das subjetividades juvenis, das transformações sociais contemporâneas e do papel da escola na formação humana. Também foram incluídos documentos oficiais e institucionais que tratam da saúde mental de adolescentes e jovens, bem como da organização de políticas públicas de

educação e saúde. Foram excluídos textos sem autoria identificada, materiais opinativos sem fundamentação teórica, publicações sem relação direta com o tema e fontes que não apresentassem consistência acadêmica.

A análise do material ocorreu por meio de leitura exploratória, seletiva e interpretativa, buscando identificar categorias centrais para a discussão. Entre essas categorias, destacam-se: sofrimento psíquico juvenil, sociedade do desempenho, cultura digital, desigualdade social, escola como espaço de sofrimento e proteção, práticas pedagógicas de cuidado e articulação intersetorial entre educação, saúde e família. A interpretação dos dados bibliográficos foi realizada de forma crítica, articulando os referenciais teóricos às implicações educacionais do fenômeno estudado.

FATORES SOCIAIS E CULTURAIS QUE IMPACTAM A SAÚDE MENTAL DOS JOVENS

A compreensão da saúde mental dos jovens na contemporaneidade exige a análise de um conjunto complexo de fatores sociais, culturais, econômicos e simbólicos que atravessam suas experiências de vida. O sofrimento psíquico, nesse contexto, não pode ser reduzido a uma dimensão individual ou biológica, sendo fundamental reconhecê-lo como expressão de processos históricos e sociais que configuram a subjetividade dos sujeitos. Tal perspectiva rompe com abordagens reducionistas e medicalizantes, que tendem a localizar o problema exclusivamente no indivíduo, desconsiderando as condições concretas que produzem e intensificam o sofrimento (BOCK, 2009).

Nesse sentido, a juventude contemporânea encontra-se inserida em um cenário marcado por profundas transformações sociais, instabilidade estrutural e exigências crescentes de adaptação. A aceleração do tempo social, a precarização das relações de trabalho e a ampliação das desigualdades constituem elementos centrais desse contexto, impactando diretamente a forma como os jovens constroem suas identidades e projetam seus futuros. Conforme argumenta Zygmunt Bauman, a modernidade líquida caracteriza-se pela fragilidade dos vínculos e pela constante incerteza, elementos que geram insegurança e dificultam a construção de referências estáveis (BAUMAN, 2001).

A instabilidade que marca o mundo contemporâneo afeta diretamente os processos de constituição subjetiva dos jovens. A ausência de garantias em relação ao futuro, especialmente no que se refere à inserção no mercado de trabalho e à construção de projetos de vida, produz sentimentos de ansiedade e insegurança. Essa condição é agravada em contextos de desigualdade social, nos quais as oportunidades são distribuídas de forma desigual, ampliando a percepção de injustiça e impotência. Assim, o sofrimento psíquico não pode ser compreendido sem considerar as condições materiais de existência que estruturam a vida dos jovens.

Outro elemento central na análise da saúde mental juvenil refere-se à lógica de desempenho que caracteriza a sociedade contemporânea. Conforme analisa Byung-Chul Han, vivemos em uma sociedade que substituiu os mecanismos disciplinares tradicionais por formas de autoexploração, nas quais o sujeito se torna responsável por maximizar sua produtividade e seu desempenho (HAN, 2015). Nesse contexto, o jovem é constantemente convocado a ser eficiente, competitivo e bem-sucedido, internalizando exigências que geram níveis elevados de autocobrança e esgotamento psíquico.

Essa lógica de desempenho se manifesta de forma intensa no campo educacional, onde o sucesso escolar é frequentemente associado ao valor do indivíduo. Jovens são submetidos a avaliações constantes, comparações e expectativas elevadas, o que pode produzir sentimentos de inadequação e fracasso. A meritocracia, ao desconsiderar as desigualdades estruturais, reforça a ideia de que o sucesso depende exclusivamente do esforço individual, contribuindo para a culpabilização do sujeito diante das dificuldades enfrentadas (PATTO, 2015).

Além das pressões relacionadas ao desempenho, as tecnologias digitais e as redes sociais desempenham papel central na constituição da subjetividade juvenil contemporânea. A ampliação do acesso à internet e a intensificação do uso de plataformas digitais transformaram profundamente as formas de interação social, comunicação e construção de identidade. Embora essas tecnologias ampliem possibilidades de expressão e conexão, também introduzem novos desafios para a saúde mental.

A exposição constante a padrões idealizados de vida, corpo e sucesso, amplamente difundidos nas redes sociais, contribui para processos de comparação social que impactam negativamente a autoestima dos jovens. A busca por validação externa, mediada por curtidas e comentários, pode gerar dependência emocional e intensificar sentimentos de inadequação. Conforme aponta Twenge (2017), há uma correlação significativa entre o uso excessivo de redes sociais e o aumento de sintomas depressivos e ansiosos entre adolescentes.

Além disso, o ambiente digital favorece a intensificação de práticas de exclusão e violência simbólica, como o cyberbullying, que amplia o alcance e a permanência das agressões. Diferentemente do bullying tradicional, o cyberbullying não se restringe ao espaço físico da escola, podendo ocorrer de forma contínua e atingir um número maior de pessoas, o que potencializa seus efeitos sobre a saúde mental dos jovens.

Outro fator relevante refere-se à fragilidade das relações sociais na contemporaneidade. A lógica individualista, associada à competitividade e à valorização do sucesso pessoal, pode dificultar a construção de vínculos afetivos sólidos e duradouros. Conforme argumenta Bauman (2001), as relações na modernidade líquida tendem a ser marcadas pela superficialidade e pela transitoriedade, o que compromete o senso de pertencimento e segurança emocional. Para os jovens, essa fragilidade relacional pode resultar em sentimentos de solidão e isolamento, mesmo em contextos de intensa conectividade.

No contexto brasileiro, esses fatores são agravados por desigualdades sociais históricas, racismo estrutural e violência urbana. Jovens em situação de vulnerabilidade social enfrentam condições adversas que impactam diretamente sua saúde mental, como acesso limitado a serviços de saúde, exposição à violência e dificuldades de permanência na escola. Conforme destaca Nilma Lino Gomes, as desigualdades raciais e sociais estruturam as experiências juvenis, sendo necessário considerar essas dimensões na análise do sofrimento psíquico (GOMES, 2017).

A família, tradicionalmente considerada espaço de proteção, também tem passado por transformações significativas, influenciadas por

mudanças econômicas e sociais. A sobrecarga de trabalho, a instabilidade financeira e as dificuldades de convivência podem comprometer a qualidade das relações familiares, reduzindo a capacidade de suporte emocional aos jovens. Nesse contexto, a ausência de espaços de escuta e acolhimento no ambiente familiar pode intensificar o sofrimento psíquico.

Diante desse conjunto de fatores, torna-se evidente que a saúde mental dos jovens é resultado de múltiplas determinações, que envolvem dimensões individuais e coletivas. O sofrimento psíquico deve ser compreendido como expressão de tensões sociais, econômicas e culturais que atravessam a vida dos sujeitos, exigindo abordagens que considerem essa complexidade.

Assim, a análise da saúde mental juvenil na contemporaneidade demanda uma perspectiva crítica e interdisciplinar, que articule contribuições da psicologia, da sociologia e da educação. Reconhecer a influência dos fatores sociais e culturais na constituição do sofrimento psíquico constitui passo fundamental para a construção de estratégias de intervenção mais eficazes, que superem abordagens individualizantes e promovam condições de vida mais justas e equitativas para os jovens.

A partir dos elementos discutidos, observa-se que o sofrimento psíquico juvenil não pode ser explicado por uma causa única. Ele se constitui na intersecção entre exigências sociais de desempenho, fragilização dos vínculos, exposição digital permanente, desigualdades estruturais e insuficiência de políticas públicas de cuidado. Essa compreensão impede que a saúde mental dos jovens seja reduzida a uma questão meramente individual, pois evidencia que os modos de adoecimento também expressam contradições sociais mais amplas.

Nesse sentido, a análise da juventude contemporânea exige atenção às formas pelas quais a sociedade produz expectativas de sucesso, autonomia e produtividade sem oferecer, de modo igualitário, as condições materiais, simbólicas e afetivas para que tais expectativas sejam alcançadas. A escola, inserida nesse mesmo contexto, tanto pode reproduzir essas pressões quanto constituir-se como espaço de mediação, escuta e proteção. Por isso, a discussão sobre saúde mental juvenil precisa avançar para o papel da instituição

escolar, considerando suas contradições, seus limites e suas possibilidades de intervenção pedagógica.

Essa lógica é intensificada no campo educacional, onde o desempenho acadêmico é frequentemente associado ao valor do indivíduo e às suas perspectivas de futuro. Jovens são constantemente incentivados a alcançar resultados, ingressar em instituições de prestígio e construir trajetórias de sucesso, muitas vezes sem que sejam consideradas as desigualdades estruturais que condicionam suas oportunidades. O fracasso, nesse cenário, tende a ser vivido como incapacidade pessoal, contribuindo para sentimentos de inadequação, baixa autoestima e sofrimento psíquico.

Outro elemento central diz respeito ao papel das tecnologias digitais e das redes sociais na constituição das subjetividades juvenis. Plataformas digitais ampliam as possibilidades de interação e expressão, mas também introduzem dinâmicas que podem afetar negativamente a saúde mental. A exposição constante, a busca por reconhecimento e a comparação com padrões idealizados de vida e corpo constituem fatores que intensificam a ansiedade e a insatisfação. Estudos indicam que o uso excessivo dessas plataformas está associado a sintomas depressivos, distúrbios de sono e redução da autoestima entre jovens (TWENGE, 2017).

Além disso, as redes sociais operam por meio de algoritmos que privilegiam conteúdos de alto engajamento, frequentemente associados a padrões estéticos e estilos de vida inalcançáveis para a maioria dos jovens. Essa lógica contribui para a construção de identidades baseadas na aparência e na validação externa, fragilizando processos mais consistentes de construção subjetiva. O sujeito passa a se perceber a partir do olhar do outro, o que pode gerar instabilidade emocional e dificuldade de autoaceitação.

A fragilidade das relações sociais também constitui fator relevante na análise da saúde mental dos jovens. Conforme argumenta Zygmunt Bauman, a modernidade líquida é caracterizada por vínculos frágeis e relações instáveis, nas quais o compromisso e a durabilidade são substituídos pela flexibilidade e pela transitoriedade. Nesse contexto, os jovens podem enfrentar dificuldades na construção de vínculos

afetivos sólidos, o que impacta diretamente seu senso de pertencimento e segurança emocional.

A família, tradicionalmente considerada espaço de suporte e proteção, também tem passado por transformações significativas, influenciadas por mudanças nas estruturas sociais e econômicas. Embora tais transformações não sejam, por si só, negativas, podem gerar desafios no estabelecimento de relações de cuidado e suporte emocional. A ausência de escuta, a sobrecarga de responsabilidades e a dificuldade de comunicação são aspectos que podem contribuir para o isolamento e o sofrimento psíquico.

Outro fator importante refere-se à insegurança em relação ao futuro. A juventude contemporânea enfrenta um cenário marcado por incertezas econômicas, precarização do trabalho e dificuldades de inserção profissional. Essa condição gera ansiedade em relação à construção de projetos de vida, ampliando o sentimento de instabilidade e vulnerabilidade. A falta de perspectivas claras pode comprometer a motivação e o engajamento dos jovens, impactando sua saúde mental e seu desempenho em diferentes áreas da vida.

No contexto brasileiro, esses fatores são agravados por desigualdades sociais profundas, violência urbana e acesso limitado a serviços de saúde mental. Jovens em situação de vulnerabilidade social estão mais expostos a condições adversas, como pobreza, discriminação e exclusão, o que aumenta o risco de adoecimento psíquico. Conforme aponta Nilma Lino Gomes, as desigualdades raciais e sociais estruturam as experiências juvenis, sendo necessário considerar essas dimensões na análise da saúde mental.

A escola, enquanto espaço de socialização e formação, não está imune a esses processos. Ao contrário, muitas vezes reproduz as pressões e desigualdades presentes na sociedade, contribuindo para o agravamento do sofrimento psíquico. A ausência de práticas pedagógicas que considerem a dimensão emocional dos estudantes, bem como a falta de preparo dos profissionais para lidar com essas questões, evidencia a necessidade de repensar o papel da instituição escolar na promoção da saúde mental.

Diante desse conjunto de fatores, torna-se evidente que a saúde mental dos jovens é resultado de múltiplas determinações, que envolvem dimensões

individuais, sociais e culturais. Compreender essas determinações é fundamental para a construção de estratégias eficazes de intervenção, tanto no campo da saúde quanto no da educação.

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE SOFRIMENTO E TAMBÉM DE PROTEÇÃO PSÍQUICA

A escola ocupa lugar central na vida dos jovens, configurando-se como uma das principais instituições responsáveis pela socialização, pela construção de identidades e pela mediação entre o sujeito e o conhecimento socialmente produzido. Contudo, sua função no que se refere à saúde mental não pode ser compreendida de forma linear ou homogênea. Ao mesmo tempo em que pode constituir-se como espaço de acolhimento, desenvolvimento e proteção psíquica, a escola também pode operar como ambiente de produção, intensificação e legitimação do sofrimento psíquico. Essa ambivalência exige uma análise crítica que supere perspectivas idealizadas da instituição escolar e reconheça suas contradições estruturais.

Um dos principais fatores que contribuem para a produção de sofrimento no ambiente escolar refere-se à centralidade atribuída ao desempenho acadêmico. A lógica meritocrática, amplamente difundida nas práticas educacionais contemporâneas, estabelece padrões rígidos de sucesso e fracasso, frequentemente desconsiderando as desigualdades sociais, culturais e econômicas que atravessam as trajetórias dos estudantes. Nesse contexto, avaliações classificatórias, comparações constantes e expectativas elevadas produzem efeitos subjetivos significativos, tais como ansiedade, insegurança e sentimento de inadequação, especialmente entre jovens que já vivenciam situações de vulnerabilidade social (PATTO, 2015).

Outro elemento central na análise da saúde mental juvenil refere-se à lógica de desempenho que caracteriza a sociedade contemporânea. Conforme analisa Byung-Chul Han, vivemos em uma sociedade que substituiu os mecanismos disciplinares tradicionais por formas de autoexploração, nas quais o sujeito se torna responsável por maximizar sua produtividade e seu desempenho (HAN, 2015). Nesse contexto, o jovem é constantemente convocado a ser eficiente, competitivo e bem-sucedido, internalizando exigências

que geram níveis elevados de autocobrança e esgotamento psíquico.

O cansaço de esgotamento não é um cansaço da potência positiva. Ele nos incapacita de fazer qualquer coisa. O cansaço que inspira é um cansaço da potência negativa, a saber, do não-para. Também o Sabah, que originalmente significa parar, é um dia do não-para, um dia que está livre de todo para-isso, para falar com Heidegger, de toda e qualquer cura. Trata-se de um tempo intermédio. (HAN, 2015, p. 34)

A formulação de Han aprofunda a compreensão do sofrimento psíquico juvenil ao evidenciar que o esgotamento contemporâneo não decorre apenas do excesso de tarefas, mas da dificuldade socialmente produzida de interromper, pausar e não responder continuamente às demandas de produtividade. No caso dos jovens, essa lógica manifesta-se na pressão por desempenho escolar, na necessidade de corresponder às expectativas familiares, na comparação permanente nas redes sociais e na antecipação ansiosa de projetos futuros. Assim, o cansaço descrito por Han permite interpretar a ansiedade e a exaustão juvenil como efeitos de uma cultura que reduz o tempo subjetivo à funcionalidade, ao rendimento e à obrigação permanente de produzir resultados.

Além disso, a organização escolar tradicional, marcada por currículos fragmentados, tempos rígidos e práticas pedagógicas centradas na transmissão de conteúdos, pode limitar as possibilidades de expressão dos estudantes e dificultar a construção de vínculos significativos. A escola, nesse modelo, tende a privilegiar a dimensão cognitiva em detrimento da dimensão emocional, ignorando que o processo de aprendizagem está intrinsecamente relacionado à experiência subjetiva do estudante. A ausência de espaços de escuta e diálogo contribui para o silenciamento de questões emocionais, fazendo com que o sofrimento psíquico permaneça invisível ou seja interpretado de forma reducionista como indisciplina ou desinteresse (BOCK, 2009).

Outro elemento central refere-se às relações interpessoais no ambiente escolar. Experiências de bullying, exclusão social e discriminação são recorrentes na trajetória de muitos jovens e produzem impactos profundos sobre sua saúde mental. A escola, quando não reconhece ou não intervém de forma eficaz nessas situações, pode atuar como espaço de

legitimação da violência simbólica e psicológica. Conforme destaca Pierre Bourdieu, a violência simbólica opera de maneira invisível, naturalizando desigualdades e produzindo processos de exclusão que afetam diretamente a constituição subjetiva dos indivíduos (BOURDIEU, 1998).

A partir de uma perspectiva crítica, inspirada em Michel Foucault, é possível compreender a escola como instituição que historicamente desempenha funções de controle, vigilância e normalização dos sujeitos. As práticas escolares como avaliação, disciplina e organização do tempo operam na produção de comportamentos considerados adequados, ao mesmo tempo em que excluem aqueles que não se ajustam às normas estabelecidas (FOUCAULT, 1987). Essa dimensão disciplinar, frequentemente naturalizada, contribui para a produção de sofrimento, especialmente entre estudantes que não correspondem aos padrões hegemônicos de comportamento e desempenho.

Entretanto, reduzir a escola a um espaço de opressão seria uma simplificação analítica. A instituição também possui potencial significativo como espaço de proteção psíquica, desde que orientada por práticas pedagógicas que valorizem o acolhimento, o diálogo e a construção de vínculos. Nesse sentido, a contribuição de Donald Winnicott é fundamental, ao destacar a importância de ambientes suficientemente bons para o desenvolvimento emocional. Para Winnicott (1983), o sujeito se desenvolve de forma saudável quando inserido em contextos que oferecem segurança, continuidade e reconhecimento.

A escola, quando organizada a partir dessa perspectiva, pode constituir-se como espaço de sustentação emocional, no qual os jovens encontram possibilidades de expressão, reconhecimento e pertencimento. A construção de um ambiente escolar acolhedor passa, necessariamente, pela valorização das relações humanas. Professores que estabelecem vínculos de confiança, que escutam as demandas dos estudantes e que reconhecem suas singularidades contribuem para a criação de um clima emocional positivo, favorecendo não apenas a aprendizagem, mas também o bem-estar psicológico.

A maturidade do ser humano é uma palavra que implica não somente crescimento pessoal mas também socialização. Digamos que na saúde, que é quase sinônimo de

maturidade, o adulto é capaz de identificar-se com a sociedade sem sacrifício desnecessário da espontaneidade pessoal ou, dito de outro modo, o adulto é capaz de satisfazer suas necessidades pessoais sem ser anti-social. (WINNICOTT, 1983, p. 80)

A contribuição de Winnicott permite compreender que a saúde mental não se reduz à ausência de sintomas, mas envolve a possibilidade de amadurecimento emocional em articulação com os vínculos sociais. Ao relacionar maturidade, saúde e socialização, o autor indica que o sujeito se constitui na relação com o ambiente, sem que isso signifique a anulação de sua espontaneidade. No contexto dos jovens, essa perspectiva é relevante porque evidencia que o sofrimento psíquico pode ser agravado quando a escola, a família e a comunidade deixam de oferecer condições de pertencimento, reconhecimento e sustentação emocional. Assim, a escola pode atuar como ambiente favorecedor do desenvolvimento quando organiza práticas pedagógicas capazes de acolher a singularidade dos estudantes e, ao mesmo tempo, fortalecer sua inserção social.

Essa dimensão relacional, frequentemente negligenciada em políticas educacionais centradas em indicadores de desempenho, constitui elemento central para a promoção da saúde mental. Conforme argumenta Paulo Freire, não há educação sem relação, sem diálogo e sem reconhecimento do outro como sujeito (FREIRE, 1996). Nesse sentido, a qualidade das interações no ambiente escolar é determinante para a construção de experiências educativas significativas.

Além disso, práticas pedagógicas que considerem a dimensão emocional do processo educativo podem contribuir para a redução do sofrimento psíquico. Atividades que promovam a expressão de sentimentos, o trabalho coletivo e a reflexão sobre experiências possibilitam aos jovens elaborar suas vivências e desenvolver estratégias de enfrentamento. A integração entre aspectos cognitivos e emocionais amplia as possibilidades de desenvolvimento integral, rompendo com a dicotomia entre razão e emoção que historicamente marcou a educação escolar.

A presença de equipes multiprofissionais, como psicólogos e assistentes sociais, representa avanço importante na promoção da saúde mental no

contexto escolar. Esses profissionais podem atuar na identificação precoce de situações de sofrimento, no apoio aos estudantes e na orientação dos professores, contribuindo para uma abordagem mais integrada das demandas educacionais. No entanto, a efetividade dessa atuação depende de políticas públicas consistentes e de condições adequadas de trabalho, o que ainda constitui desafio significativo no contexto brasileiro (DIMENSTEIN, 2005).

Outro aspecto relevante refere-se à construção de uma cultura escolar que valorize o cuidado e o bem-estar. Isso implica repensar práticas institucionais, revisar normas e promover ações que fortaleçam o senso de pertencimento dos estudantes. Projetos pedagógicos que envolvam participação ativa dos jovens, diálogo com a comunidade e valorização da diversidade contribuem para a construção de um ambiente mais inclusivo e saudável.

Entretanto, é fundamental reconhecer que a escola não pode ser responsabilizada isoladamente pela promoção da saúde mental. O sofrimento psíquico dos jovens está profundamente relacionado a fatores estruturais, como desigualdade social, violência e precarização das condições de vida. Nesse sentido, a atuação da escola deve estar articulada a políticas públicas mais amplas, que integrem educação, saúde e assistência social.

Diante desse panorama, torna-se evidente que a escola opera em uma tensão permanente entre reprodução e transformação. Sua função na promoção da saúde mental depende das escolhas pedagógicas, das relações estabelecidas e das condições institucionais que sustentam sua atuação. Reconhecer essa ambivalência é fundamental para evitar tanto a idealização quanto a desqualificação da instituição escolar.

Assim, a construção de práticas educativas comprometidas com a saúde mental exige não apenas mudanças metodológicas, mas uma reconfiguração das concepções de educação, orientadas por princípios de cuidado, diálogo e justiça social. Somente a partir dessa perspectiva será possível transformar a escola em um espaço que não apenas ensina, mas também acolhe, sustenta e contribui para o desenvolvimento saudável dos jovens.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO E DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DOS JOVENS

A promoção da saúde mental no contexto escolar não pode ser compreendida como responsabilidade exclusiva de profissionais da saúde, tampouco como uma ação pontual desvinculada do processo educativo. Trata-se de uma dimensão constitutiva da prática pedagógica, que exige a integração entre ensino, cuidado e desenvolvimento humano, reconhecendo a complexidade da formação subjetiva dos estudantes. Tal perspectiva rompe com a visão tradicional da escola como espaço exclusivamente cognitivo, deslocando o foco para uma compreensão ampliada da educação como processo integral, que envolve dimensões emocionais, sociais e culturais (FREIRE, 1996; WINNICOTT, 1983).

Segundo Freire, “ensinar não é transferir conhecimento” (FREIRE, 1996, p. 21). Essa afirmação contribui para compreender que a prática pedagógica comprometida com a saúde mental dos jovens não pode se limitar à cobrança de rendimento, à exposição de conteúdos ou à mensuração de resultados. Ao contrário, exige a construção de condições concretas para que o estudante participe do processo educativo como sujeito, sendo reconhecido em sua história, suas experiências, suas dificuldades e suas possibilidades de elaboração subjetiva.

Um dos principais desafios nesse campo refere-se à necessidade de superação de modelos pedagógicos centrados exclusivamente na transmissão de conteúdos e na avaliação de desempenho. Em contextos escolares marcados por lógica meritocrática e por forte pressão por resultados, o estudante é frequentemente reduzido a indicadores de rendimento, o que pode gerar sentimentos de inadequação, ansiedade e fracasso. Conforme analisa Byung-Chul Han, a sociedade contemporânea transforma o sujeito em agente de autoexploração, internalizando exigências de desempenho que produzem esgotamento psíquico (HAN, 2015). No ambiente escolar, essa lógica se manifesta na valorização excessiva da performance acadêmica, em detrimento do desenvolvimento integral.

Diante desse cenário, a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a saúde mental exige

a criação de espaços de escuta qualificada. A escuta, nesse contexto, não se restringe à dimensão verbal, mas envolve a atenção às manifestações subjetivas dos estudantes, incluindo comportamentos, dificuldades de aprendizagem e formas de interação social. Professores que desenvolvem essa sensibilidade ampliam sua capacidade de identificar sinais de sofrimento e de intervir de maneira mais eficaz, contribuindo para a construção de um ambiente mais acolhedor (WINNICOTT, 1983).

Além disso, torna-se fundamental a incorporação de práticas que favoreçam o desenvolvimento de competências socioemocionais, tais como empatia, autorregulação, resiliência e capacidade de resolução de conflitos. Contudo, é necessário problematizar a forma como essas competências têm sido incorporadas no discurso educacional. Quando tratadas de maneira instrumental ou descontextualizada, podem reforçar uma lógica individualizante, que responsabiliza o estudante por sua adaptação às condições adversas, sem questionar os fatores estruturais que produzem o sofrimento (BOCK, 2009). Assim, o desenvolvimento socioemocional deve estar articulado a uma perspectiva crítica, que considere as condições sociais e institucionais.

Nesse sentido, a pedagogia do cuidado, proposta por Nel Noddings, oferece importante contribuição ao enfatizar a centralidade das relações no processo educativo. Para Noddings (2005), a educação deve ser orientada por uma ética do cuidado, baseada na atenção ao outro, na reciprocidade e na construção de vínculos. Essa abordagem desloca o foco da instrução para a relação, reconhecendo que o aprendizado ocorre em contextos de confiança e pertencimento. No campo da saúde mental, tal perspectiva é fundamental para a construção de ambientes escolares que promovam segurança emocional.

Entretanto, a promoção da saúde mental na escola não pode ser reduzida a práticas individuais ou à boa vontade dos professores. É necessário considerar a dimensão estrutural do problema. Conforme apontam estudos da psicologia crítica, o sofrimento psíquico está profundamente relacionado às condições materiais de existência, incluindo desigualdade social, violência e precarização das relações de trabalho

(DIMENSTEIN, 2005). Nesse contexto, intervenções que desconsideram essas dimensões tendem a ser limitadas ou ineficazes.

A integração entre currículo e saúde mental constitui outro desafio relevante. A escola frequentemente apresenta conteúdos desconectados da realidade dos estudantes, o que contribui para a perda de sentido da aprendizagem. Ao incorporar temas como identidade, relações sociais, cidadania e projeto de vida, o currículo pode se tornar mais significativo, favorecendo o engajamento dos jovens e contribuindo para seu bem-estar. Essa abordagem exige uma perspectiva interdisciplinar, que articule diferentes áreas do conhecimento na construção de práticas pedagógicas mais integradas (MORIN, 2000).

Outro eixo fundamental refere-se à formação de professores. A ausência de preparo para lidar com questões relacionadas à saúde mental constitui um dos principais obstáculos à implementação de práticas pedagógicas adequadas. Muitos docentes relatam insegurança diante dessas demandas, o que pode levar à omissão ou à abordagem inadequada das situações. Nesse sentido, programas de formação inicial e continuada devem incluir conteúdos relacionados à saúde mental, bem como estratégias de intervenção no contexto escolar (NÓVOA, 2017).

Freire afirma que “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino” (FREIRE, 1996, p. 14). Essa formulação permite defender que o professor, diante das demandas contemporâneas de saúde mental juvenil, não pode atuar apenas de maneira intuitiva ou improvisada. A prática pedagógica exige investigação permanente da realidade escolar, leitura crítica das condições de vida dos estudantes e reflexão sistemática sobre os modos pelos quais a escola pode tanto produzir sofrimento quanto construir formas de acolhimento, pertencimento e cuidado.

Entretanto, é necessário reconhecer que a formação, por si só, não resolve o problema. A sobrecarga de trabalho docente, a falta de recursos e a ausência de suporte institucional limitam significativamente a atuação dos professores. Assim, a promoção da saúde mental exige políticas públicas que garantam condições adequadas de trabalho e que integrem diferentes setores, como educação, saúde e assistência social.

A articulação entre escola, família e comunidade apresenta-se como elemento central na promoção da saúde mental dos jovens, especialmente em um contexto social marcado por múltiplas vulnerabilidades e transformações nas formas de sociabilidade. A compreensão da saúde mental juvenil exige o reconhecimento de que o desenvolvimento psíquico não ocorre de maneira isolada, mas é resultado de interações contínuas entre diferentes espaços sociais, que influenciam a constituição subjetiva dos indivíduos. Nesse sentido, torna-se fundamental a construção de redes de apoio que possibilitem intervenções mais amplas, integradas e eficazes (BRONFENBRENNER, 1996).

A perspectiva ecológica do desenvolvimento humano, proposta por Urie Bronfenbrenner, contribui significativamente para essa análise ao compreender o sujeito como inserido em sistemas interdependentes, que vão desde o ambiente imediato, como família e escola, até contextos mais amplos, como políticas públicas e cultura. A saúde mental dos jovens, portanto, deve ser entendida a partir da articulação entre esses diferentes níveis, o que reforça a importância de ações que integrem escola, família e comunidade.

No âmbito familiar, destaca-se o papel das relações de cuidado, afeto e suporte emocional na constituição psíquica dos jovens. A família, enquanto primeiro espaço de socialização, exerce influência significativa na formação da identidade, na regulação emocional e na construção de vínculos. Conforme argumenta Donald Winnicott, o desenvolvimento saudável depende da presença de um ambiente suficientemente bom, que ofereça segurança, estabilidade e reconhecimento (WINNICOTT, 1983). No entanto, as transformações sociais contemporâneas, como a precarização do trabalho, a ampliação das jornadas laborais e as mudanças nas estruturas familiares, têm impactado a qualidade dessas relações, dificultando, em muitos casos, o exercício do cuidado.

Nesse cenário, a escola assume papel ainda mais relevante como espaço de apoio e mediação. Contudo, essa atuação não pode ocorrer de forma isolada ou substitutiva em relação à família, sob risco de sobrecarga institucional e de distorção de sua função educativa. A escola deve ser compreendida como

espaço de articulação, capaz de promover diálogo com as famílias, compartilhar responsabilidades e construir estratégias conjuntas de acompanhamento dos estudantes. Essa articulação exige a superação de modelos hierárquicos e normativos de relação escola-família, que frequentemente culpabilizam os responsáveis pelas dificuldades dos alunos, desconsiderando as condições sociais que atravessam suas experiências (PATTO, 2015).

A construção de uma relação dialógica entre escola e família, conforme proposto por Paulo Freire, implica reconhecer os diferentes saberes e experiências presentes nesses contextos, valorizando a participação ativa das famílias no processo educativo (FREIRE, 1996). Essa abordagem favorece a construção de vínculos de confiança, essenciais para a identificação precoce de situações de sofrimento psíquico e para a elaboração de estratégias de intervenção mais eficazes.

Além da família, a comunidade constitui outro espaço fundamental na rede de apoio aos jovens. Instituições como unidades de saúde, centros de assistência social, organizações comunitárias e espaços culturais desempenham papel relevante na promoção do bem-estar e na oferta de suporte em situações de vulnerabilidade. No contexto brasileiro, destaca-se a atuação de serviços como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que integram a política de saúde mental e oferecem atendimento especializado a pessoas em sofrimento psíquico (BRASIL, 2004).

A articulação entre escola e esses serviços é fundamental para garantir o acompanhamento adequado de situações que extrapolam o campo pedagógico. Professores e gestores escolares frequentemente são os primeiros a identificar sinais de sofrimento psíquico entre os estudantes, mas nem sempre possuem formação ou condições para realizar intervenções especializadas. Nesse sentido, a escola deve atuar como espaço de encaminhamento e articulação com a rede de proteção social, contribuindo para que os jovens tenham acesso aos serviços necessários.

No entanto, a efetivação dessa articulação enfrenta desafios significativos, relacionados à fragmentação das políticas públicas, à falta de comunicação entre os diferentes setores e à insuficiência de recursos. A ausência de uma

abordagem intersetorial compromete a construção de redes de apoio consistentes, limitando a capacidade de resposta às demandas dos jovens. Conforme destaca Paulo Amarante, a promoção da saúde mental exige a articulação entre diferentes áreas, superando modelos assistencialistas e construindo estratégias integradas de cuidado (AMARANTE, 2007).

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de construção de uma cultura institucional que valorize o cuidado e o bem-estar. A escola, enquanto espaço coletivo, pode promover ações que fortaleçam o senso de pertencimento dos estudantes, como projetos participativos, atividades culturais e espaços de escuta. Essas iniciativas contribuem para a construção de ambientes mais inclusivos e acolhedores, reduzindo fatores de risco associados ao sofrimento psíquico.

Entretanto, é fundamental reconhecer os limites da atuação pedagógica nesse campo. A escola não pode substituir políticas públicas de saúde, nem assumir responsabilidades que extrapolam sua função educativa. A tendência de atribuir à escola a responsabilidade por resolver problemas complexos, como a saúde mental, pode resultar em sobrecarga institucional e em respostas inadequadas. Nesse sentido, é necessário delimitar o papel da escola, reconhecendo suas potencialidades, mas também suas limitações.

A promoção da saúde mental no contexto escolar deve estar orientada por princípios de cuidado, diálogo e equidade, mas também por uma compreensão crítica das condições sociais que produzem o sofrimento. Intervenções que desconsideram fatores como desigualdade social, violência e exclusão tendem a ser insuficientes, reforçando a necessidade de políticas públicas que atuem sobre essas dimensões estruturais (DIMENSTEIN, 2005).

Além disso, é importante problematizar abordagens que individualizam a responsabilidade pela saúde mental, atribuindo ao jovem a tarefa de desenvolver competências para lidar com adversidades sem questionar o contexto em que essas adversidades são produzidas. Essa perspectiva pode reforçar processos de culpabilização e invisibilizar as dimensões coletivas do sofrimento. Assim, a promoção da saúde mental deve articular dimensões individuais e

sociais, reconhecendo a complexidade do fenômeno.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a construção de redes de apoio que integrem escola, família e comunidade constitui estratégia fundamental para a promoção da saúde mental dos jovens. Essa articulação permite ampliar as possibilidades de intervenção, garantindo suporte mais abrangente e eficaz. No entanto, sua efetivação depende de condições institucionais, políticas públicas consistentes e compromisso coletivo com o cuidado.

Assim, a escola pode desempenhar papel relevante na promoção do bem-estar dos jovens, desde que inserida em uma rede mais ampla de proteção social e orientada por práticas pedagógicas que valorizem as relações humanas. Reconhecer os limites de sua atuação não significa reduzir sua importância, mas situá-la de forma mais adequada no conjunto de ações necessárias para enfrentar os desafios da saúde mental na contemporaneidade.

Dessa forma, a promoção da saúde mental no contexto escolar exige uma abordagem integrada, que articule práticas pedagógicas, formação docente e políticas públicas. Mais do que mudanças metodológicas, trata-se de uma reconfiguração das concepções de ensino e aprendizagem, que reconheça a centralidade da dimensão humana no processo educativo. Somente a partir dessa perspectiva será possível construir uma educação que não apenas transmita conhecimentos, mas contribua efetivamente para o desenvolvimento saudável dos jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste artigo permitiu compreender que a saúde mental dos jovens na contemporaneidade constitui um fenômeno complexo, atravessado por múltiplas determinações sociais, culturais, educacionais e subjetivas. O aumento significativo de quadros de sofrimento psíquico entre jovens não pode ser interpretado como resultado de fragilidades individuais isoladas, mas deve ser compreendido à luz de um contexto marcado por pressões de desempenho, instabilidade social, transformações nas formas de sociabilidade e intensificação do uso de tecnologias digitais.

Nesse cenário, evidenciou-se que fatores como a lógica meritocrática, a exposição constante nas redes

sociais, a fragilidade dos vínculos sociais e a insegurança em relação ao futuro desempenham papel central na constituição do sofrimento psíquico. Tais elementos não apenas impactam diretamente a saúde mental dos jovens, mas também reconfiguram suas formas de relação com o conhecimento, com o outro e consigo mesmos, exigindo uma abordagem mais ampla e integrada por parte das instituições educacionais.

A escola, por sua vez, foi analisada em sua dimensão ambivalente, revelando-se simultaneamente como espaço de produção e de mitigação do sofrimento psíquico. Práticas pedagógicas centradas exclusivamente no desempenho, ausência de escuta e reprodução de desigualdades contribuem para o agravamento das condições emocionais dos estudantes. Por outro lado, quando orientada por princípios de acolhimento, diálogo e valorização das relações humanas, a instituição escolar pode atuar como espaço de proteção e promoção da saúde mental, favorecendo o desenvolvimento integral dos jovens.

A discussão sobre o papel das práticas pedagógicas evidenciou a necessidade de superação de modelos educativos reducionistas, que desconsideram a dimensão emocional do processo de aprendizagem. A promoção da saúde mental exige a construção de práticas que integrem aspectos cognitivos e afetivos, valorizem a escuta, incentivem a participação dos estudantes e promovam o desenvolvimento de competências socioemocionais. No entanto, tais práticas não podem ser compreendidas de forma individualizante, sendo fundamental considerar os condicionantes sociais e institucionais que influenciam o bem-estar dos jovens.

Outro ponto central refere-se à formação de professores, que emerge como elemento estratégico para a efetivação de práticas pedagógicas comprometidas com a saúde mental. A ausência de preparo específico, aliada à sobrecarga de trabalho e à falta de suporte institucional, limita a atuação docente e evidencia a necessidade de investimentos em formação continuada e em políticas públicas que valorizem o trabalho educativo.

Dessa forma, conclui-se que o enfrentamento da crise de saúde mental entre jovens exige uma abordagem sistêmica e intersetorial, que articule educação, saúde e políticas sociais. A escola pode

desempenhar papel relevante nesse processo, mas não deve ser responsabilizada isoladamente por questões que ultrapassam seu campo de atuação. É necessário construir redes de apoio, fortalecer serviços públicos e promover condições que favoreçam o desenvolvimento saudável dos jovens.

Por fim, destaca-se que a promoção da saúde mental no contexto educacional não deve ser compreendida como ação complementar ou periférica, mas como dimensão constitutiva de uma educação comprometida com o desenvolvimento humano e com a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Investir nessa perspectiva significa reconhecer os jovens em sua complexidade, valorizando suas experiências e construindo espaços educativos que promovam não apenas a aprendizagem, mas também o bem-estar e a dignidade.

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- DIMENSTEIN, Magda. O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 6, n. 2, p. 57-63, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.
- NODDINGS, Nel. **The challenge to care in schools: an alternative approach to education**. 2. ed. New York: Teachers College Press, 2005.

NÓVOA, António. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, 2017.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Adolescent mental health**. Geneva: WHO, 2021.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 4. ed. São Paulo: Intermeios, 2015.

TWENGE, Jean M. **iGen**: why today's super-connected kids are growing up less rebellious, more tolerant, less happy—and completely unprepared for adulthood. New York: Atria Books, 2017.

WINNICOTT, Donald W. **O ambiente e os processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artmed, 1983.

WINNICOTT, Donald W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.



5 Anos.
ma essên
www.primeiraevolucao.com.br



<https://doi.org/10.52078/2675-2573.rpe.64>



COORDENAÇÃO:
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

- Adriana Silva de Santana Barros
- Aldair de Jesus Adão e Calunda dos Santos Jorge
- Ana Cristina Ogando Gomez de Carvalho
- Ana Elisa Bagi de Oliveira
- Carina Fardim Soares
- Claudiene Alves da Silva
- Denise Teixeira Santos Menezes
- Diego Agostinho Dynczuki
- Edna Farias Cordeiro
- Emanuel Ramos Barra
- Esmael Joaquim Machado
- Flávia de Fatima Seraphim Ribeiro
- Guilherme Mateus Moma
- João Francisco Marcelino
- Joice Botelho Silva
- José Manuel dos Santos
- Lilian Silvana Minho Zanetta
- Luciana Cardoso de Souza
- Luciane de Jesus Mineiro de Lima
- Lusilene da Rocha Alves
- Manuel Dungula Samaiata Chivinga
- Manuel Paulo Chamorro
- Marcelene Belisse Pazo
- Maria de Lourdes Ferreira da Silva
- Mario Adelino Miranda Guedes
- Mirella Clereci
- Moizes Antonio dos Santos
- Orlaneide Ferreira Santos Diamante
- Renato Souza de Oliveira Carvalho

Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Parceiros:

